

**REPRESENTAÇÃO COLETIVA DOS POLICIAIS CIVIS DE SÃO PAULO**

Avenida Cásper Líbero, 390, 5º, andar, Luz, São Paulo – SP, Tel 3313.5077

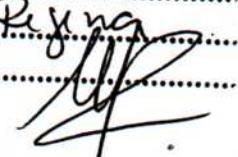
A Sua Excelência

O Senhor Doutor JOSÉ GERALDO RODRIGUES ALCKMIN FILHO

Digníssimo Governador do Estado de São Paulo

São Paulo – CAPITAL

Senhor Governador:

Recebido GAB. GOV  
Data: 24/03/2011  
Hora: 18:12  
Nome: Peixoto  
RRP: .....  


Com os seus cordiais e respeitosos cumprimentos, os integrantes da "Representação Coletiva dos Policiais Civis de São Paulo" que a este subscrevem, vêm até Vossa Excelência trazer-lhe o entendimento do universo policial representado, acerca do que vem sendo denominado pela mídia como a "reengenharia" ou a "reestruturação" da Segurança Pública, cujo aspecto mais marcante é o fechamento das Delegacias de Polícia nos municípios com menos de 10.000 habitantes.

O processo resulta, por consequência, na lavratura de boletins de ocorrência por parte de integrantes da Polícia Militar, adentrando mesmo nos meandros da "apuração das infrações penais", atribuição precípua da Polícia Civil por força do que dispõe o § 4º do artigo 144 da Constituição da República. A alternativa de deslocar policiais das cidades maiores para investigar os casos mais graves, significa dizer que os de menor gravidade ou seriam investigados por policiais militares, contrariando a lei, ou simplesmente não seriam apurados.

Sabe-se hoje, Senhor Governador, que a forma mais eficaz de combater a criminalidade de maior potencial ofensivo é não permitir que fiquem impunes os pequenos delitos, mesmo quando estes são praticados nas comunidades mais distantes e pacatas. Essa foi a tônica do programa governamental "Tolerância Zero", adotado em Nova York, com sucesso reconhecido mundialmente.

Outro aspecto que sobreleva notar nesse contexto, é o da migração da criminalidade dos grandes centros para, exatamente, os chamados pequenos municípios, aí se instalando com toda a intensidade. Apenas um dos fortes vetores do crime --o tráfico e o uso de drogas-- talvez seja bastante para confirmar essa assertiva. A questão é crônica mas, exatamente por isso, merece



combate sem tréguas, para que não continue a infelicitar famílias inteiras –crianças, adultos e idosos--, de todas as classes sociais.

Fala-se também na criação de “polos de polícia judiciária”, ou “superdelegacias”, iniciativas que em passado recente, aqui mesmo na Capital de São Paulo, não deram bons resultados.

Em face de todo o exposto, esta “Representação Coletiva”, a título de colaboração com o governo de Vossa Excelência, vem alvitrar os pontos considerados essenciais para o bom desempenho das atribuições afetas à Polícia Civil e que são:

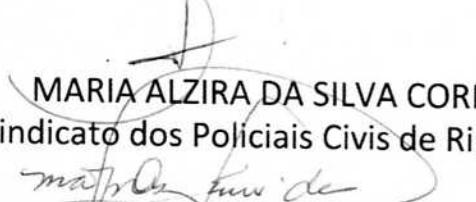
- a) As Delegacias de municípios com menos de 10.000 habitantes seriam chefiados por policiais civis bacharéis em Direito, orientados à distância, por Delegados de Polícia. Para isso basta que sejam preenchidos os claros existentes nas carreiras policiais civis, o que possibilitará o afastamento de pessoas estranhas aos quadros policiais;
- b) implementação da restruturação das carreiras policiais civis, iniciativa de gestões passadas e que se acha em tramitação há mais de dez anos;
- c) transformação do atual modelo de remuneração em subsídio, consoante dispõe o § 9º do artigo 144;
- d) regularização do cálculo de RETP na correspondência com o praticado pela Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- e) Descongelamento do Adicional de Insalubridade, nos moldes da decisão recente do Supremo Tribunal Federal;
- f) Cumprimento da lei que fixa a data-base em 1º de março de cada ano;
- g) Revalorização do Vale Alimentação, hoje no valor de R\$ 4,00 (Quatro Reais), com ampliação da faixa de abrangência, das atuais 141 UFESPs para 300 UFESPs.

Na certeza de ter contribuído para o aperfeiçoamento das importantes atividades de segurança pública, esta “Representação Coletiva” vale-se da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da mais alta consideração e profundo respeito dos seus integrantes e que a este subscrevem.

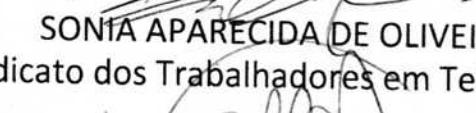
São Paulo, 22 de março de 2011

VANDERLEI BAILONI

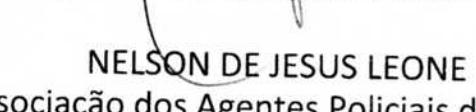
Presidente da Associação dos Investigadores de Polícia do Est. de S.Paulo

  
MARIA ALZIRA DA SILVA CORREA  
Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Ribeirão Preto e Região

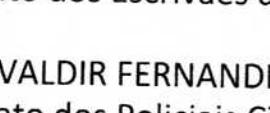
  
MARIA APARECIDA DE QUEIROZ ALMEIDA  
Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Sorocaba e Região

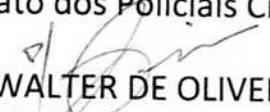
  
SONIA APARECIDA DE OLIVEIRA  
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telemática Policial do ESP

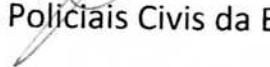
  
OSCAR DE MIRANDA  
Presidente da Associação dos Escrivães de Polícia do Estado de São Paulo

  
NELSON DE JESUS LEONE  
Presidente da Associação dos Agentes Policiais do Estado de São Paulo

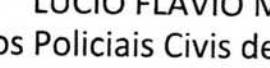
   
ERALDO DE FARIAS  
Presidente da Associação dos Carcereiros da Polícia Civil do Est. São Paulo

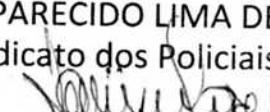
  
JOÃO XAVIER FERNANDES  
Presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do Estado de São Paulo

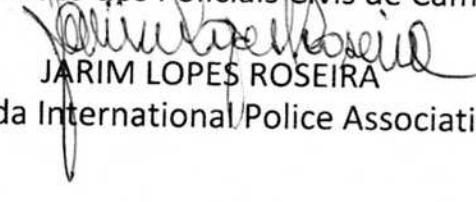
  
VALDIR FERNANDES DA SILVA  
Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Mogi das Cruzes e Região

  
WALTER DE OLIVEIRA SANTOS  
Pres. do Sindicato dos Policiais Civis da Baixada Santista e Vale do Ribeira

  
CELSO JOSÉ PEREIRA  
Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Marília e Centro-Oeste Paulista

  
LÚCIO FLÁVIO MORENO  
Pres. do Sindicato dos Policiais Civis de Presidente Prudente e Região

  
APARECIDO LIMA DE CARVALHO  
Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Campinas e Região

  
JARIM LOPES ROSEIRA  
Presidente da International Police Association – IPA

jlr/.